

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GURUPI TOCANTINS - FMS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 6º, inciso XXIII, c/c artigo 72, inciso "I", ambos da Lei Federal nº 14.133/2021)

NATUREZA DO OBJETO

- O objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos do art. 6, inciso XIII da Lei 14.133/2021.

1- OBJETO

(Arts. 6º, incisos XXIII, alínea "a" da Lei Federal nº 14.133/2021)

1.1. Trata-se de demanda comprometida com a instrução de processo, para selecionar a proposta mais vantajosa, com o fito de realizar o **Pregão Eletrônico para aquisição de insumos, materiais e equipamentos odontológicos para o Centro de Especialidades Odontológicas - CEO.**

1.2. A presente licitação destina-se à participação exclusiva de empresas que se enquadrem como ME ou EPP, nos termos do artigo 48, inciso I da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 e alterações posteriores.

2- JUSTIFICATIVA

(Art. 37, XXI da CF 1988)

2.1. A contratação busca atender a uma necessidade estratégica desta municipalidade, voltada à melhoria dos serviços públicos e ao bem-estar da comunidade local. O objeto da contratação abrange a prestação de serviços específicos (ou o fornecimento de materiais essenciais), de modo a atender à demanda crescente por recursos que garantam o funcionamento eficiente das atividades municipais. Essa iniciativa visa fortalecer a estrutura pública e aprimorar os processos, promovendo, assim, um ambiente mais seguro, organizado e que melhor atenda aos cidadãos.

2.2. A presente contratação tem por objetivo atender, à necessidade de aquisição de insumos, materiais e equipamentos odontológicos essenciais para o pleno funcionamento do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), unidade de referência no atendimento odontológico especializado da rede pública de saúde.

2.3. A demanda justifica-se pela necessidade na reposição de itens essenciais ao atendimento

clínico odontológico especializado, como materiais de uso diário, bem como a aquisição de equipamentos imprescindíveis para a realização de procedimentos odontológicos. Ressalta-se que a falta desses materiais e equipamentos compromete diretamente a continuidade dos atendimentos especializados, colocando em risco a saúde bucal dos pacientes assistidos e impactando negativamente os indicadores de atenção à saúde, principalmente no que se refere às metas pactuadas com o Ministério da Saúde.

2.4. Assim, a contratação se mostra necessária, garantindo a manutenção dos serviços especializados prestados pelo CEO, a segurança dos profissionais de saúde, e o cumprimento das obrigações legais e sanitárias inerentes à prestação de serviços odontológicos no âmbito do SUS.

2.5. Em conclusão, a necessidade da presente contratação se fundamenta no objetivo de elevar o padrão dos serviços prestados aos cidadãos, atendendo de forma eficaz às demandas locais e promovendo o uso racional dos recursos municipais. Ao investir em materiais e serviços que assegurem a continuidade e qualidade das atividades, esta municipalidade reforça seu compromisso com a transparência e eficiência na gestão pública. Assim, torna-se possível oferecer à população um atendimento de qualidade, alinhado aos princípios de economicidade, eficiência e responsabilidade social.

3- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A contratação do objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 e alterações posteriores, sendo em tudo regido pelas condições estabelecidas, no que couber, as regulamentações que cabem a despesa em apreço.

4- RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE A SER CONTRATADA

4.1. Tanto a quantidade quanto o dimensionamento do objeto foram caracterizados considerando a necessidade de contratação e demandado pela área responsável, usando das experiências de outrora para propor o melhor direcionamento da solicitação considerando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, economicidade, moralidade, legalidade e eficiência.

PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

5- DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ENTREGA DO OBJETO

5.1. A entrega deverá ser efetuada no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da solicitação/autorização feita pelo setor competente, conforme necessidade da unidade solicitante, devendo atender às especificações contidas neste Termo de Referência, além das obrigações assumidas na proposta firmada pela preponente, contendo a quantidade, o preço,

as especificações técnicas, a marca (quando for o caso), ano de fabricação (quando for o caso), data de validade (quando for o caso);

5.2. A entrega do objeto, será e terá fiscalização, controle e avaliação por representante da Administração (secretaria geradora da demanda), com atribuições específicas devidamente designadas pelo Responsável da pasta, o qual ao final dos trabalhos de conferência, atestará se objeto e/ou serviços foram entregue/executado, e não reduz a responsabilidade da preponente contratada, inclusive perante terceiros por qualquer irregularidade e, na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, nos termos do Art. 73 da Lei nº 14.133/2021;

5.3. A execução/entrega do objeto deverá ocorrer em dias úteis, no **Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, situado a Av. Guaporé , nº 1796, (esq. c/ Rua Euridíce R. de Brito), CEP: 77410 130**, em dias de expediente, das 8h às 14h no local indicado na Ordem de Compra ou em outro documento equivalente.

5.4. Os objetos e/ou equipamentos deverão ter garantias de fábrica (dos itens que couber);

5.5. Os objetos e/ou equipamentos serão devolvidos na hipótese dos mesmos não corresponder às especificações constantes do edital, devendo se substituído pela empresa contratada no prazo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, que deverão está descritas no instrumento contratual;

6- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A Contratada obriga-se a:

6.1- Fornecer os objetos e/ou serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

6.2- Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à unidade demandante;

6.3- A contratada fornecerá apenas objetos e/ou serviços dentro dos padrões solicitado neste termo de referencia;

6.4- Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada no Termo de Referência;

6.5- Arcar com custos do dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da

contratação, exceto quando ocorrer alguma das hipóteses previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

6.6- Apresentar a fatura/nota fiscal após aceitação dos objetos e/ou serviços entregues e fiscalizados pelo contratante e mediante comprovação de quitação de encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários;

6.7- Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da contratante, através de servidor indicado pela unidade demandante, cumprindo todas as orientações e prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas para o fiel desempenho das atividades especificadas neste Termo de Referência e no contrato, assim como na proposta de preços apresentada;

6.8- Comprovar a regularidade quanto a fazenda pública federal e previdência social, mediante a apresentação de certidão conjunta negativa ou positiva com efeitos negativa de Débito emitida pela Receita Federal do Brasil, relativa aos Tributos Federais e da Dívida Ativa da União;

6.9- Apresentar comprovante de regularidade trabalhista, mediante a certidão Trabalhista emitida online;

6.10- Apresentar Certidão Negativa de Débito junto ao FGTS.

7- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1- Comunicar a CONTRATADA para o recolhimento ou troca do(s) objeto(s) que não estiverem dentro dos padrões técnicos utilizados pelo CONTRATANTE ou normas existentes;

7.2- Efetuar o pagamento, depositando em conta corrente bancária mantida pela CONTRATADA, até o 10 (dez) dias úteis após o recebimento dos objetos e/ou serviços e aceitação dos mesmos, pela fiscalização da Contratante e comprovação de quitação de encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários (quando for o caso);

7.3- Designar, nos casos em que couber, servidor capacitado para acompanhar a execução do contrato;

7.4- Controlar rigorosamente a execução dos objetos e/ou serviços seguindo as especificações do contrato;

7.5. Comunicar prontamente a contratada toda e qualquer anormalidade, objeto da contratação oriunda deste Termo de Referência;

7.6- Comunicar imediatamente à contratada a apresentar em até 48 (quarenta e oito) horas o comprovante de emissão de ocorrência policial, em casos de acidentes, furto, roubo e incêndio, sob pena de perda das propostas contratadas;

7.7- Comunicar a CONTRATADA para o resolução de do(s) objeto(s) (seja serviço ou materiais) que estiverem em desacordo com o contrato;

7.8- Rejeitar, no todo ou em parte a execução contratual em desacordo com o Contrato a ser celebrado.

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas decorrentes da aquisição correrão à conta dos recursos orçamentários afetos ao Órgão Solicitante, devendo ser observado a existência de saldo e a classificação orçamentária conforme o seu Quadro de Detalhamento de Despesa.

Organograma:

7.0709.10.302.0005.4033 - PROMOÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE

Elemento: 339030

Fonte de Recursos: 15001002102000

Ficha: 20258819 - **Percentual de utilização:** 50%

Organograma:

7.0709.10.302.0005.4033 - PROMOÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE

Elemento: 449052

Fonte de Recursos: 15001002102000

Ficha: 20258826 - **Percentual de utilização:** 50%

9. DA DESCRIÇÃO, UNIDADE DE MEDIDA E QUANTITATIVOS DOS ITENS DO OBJETO DO PRESENTE TERMO

9.1. O quantitativo, bem como a descrição, unidade de medidas e demais especificações, encontram-se devidamente substanciada na tabela a seguir:

#	Cód.	Item	UN	Quantidade	Valor Médio
1	63873	ABRIDOR DE MOLT ADULTO INSTRUMENTAL DE USO ODONTOLÓGICO. AÇO INOX. AUTOCLAVÁVEL. COM ACABAMENTO EM SILICONE AUTOCLAVÁVEL NAS EXTREMIDADES	UNIDADE	5,0000	R\$ 343,02

		PARA PROTECAO DO PACIENTE. 14 CM.			
2	63968	ALAVANCA RETA INFANTIL INSTRUMENTAL DE USO ODONTOLOGICO. ACO INOX. AUTOCLAVAVEL.	UNIDADE	2,0000	R\$ 52,41
3	63955	APARELHO DE LASER DUO ODONT OLOGICO APARELHO DE USO ODONTOLOGICO PARA LASERTERAPIA DE BAIXA INTENSIDADE. COM ALIMENTACAO: BATERIA DE LI-ION 7,4 V/ 650 MA. AUTONOMIA DA BATERIA EM USO CONTINUO COM CARGA TOTAL: 150 - 180 MINUTOS. TEMPO PARA CARGA COMPLETA: 60 - 120 MINUTOS. ALIMENTACAO CARREGADOR DE BATERIA: VE: 127-220V/50-60HZ VS: 9V/1,2 A. EMISSOR DE LUZ: LASER SEMICONDUTOR (GAA1AS E INGAALP). AREA DO FEIXE LASER DE SAIDA NO BICO DA CANETA LASER: 3MM. COM DOIS COMPRIMENTOS DE ONDA - 660NM (LASER VERMELHO) E 808NM (LASER INFRAVERMELHO). CONTENDO: 1 PULSEIRA ILIB, 1 CANETA PORTATIL, 01 OCULOS DE PROTECAO PARA PROFISSIONAL DE 660 NM OU 808 NM E 01 OCULOS BLOQUEADOR PARA O PACIENTE, MANUAL DE INSTRUCAO, FONTE DE ALIMENTACAO E	UNIDADE	1,0000	R\$ 5.934,27

		MALETA P TRANSPORTE.			
4	63876	BISTURI ELETRICO (E LETROCAUT ERIO) ODON TOLOGICO APARELHO PARA AUXILIO EM ATENDIMENTO ODONTOLOGICO. COM CIRCUITO DE CORTE PURO, BLEND E COAGULACAO, 3 TIPOS DE CORRENTE PARA USO EM ELETRO CIRURGIA, CONTROLE SUAVE DE POTENCIA, SELECAO DE FUNCOES, SAIDAS ISOLADAS E CHECK- UP TOTAL. COM ACESSORIOS: 1PEDAL DE ACIONAMENTO COM PINO GUITARRA MONO; 1 CANETA PADRAO DE BAIXA; 1 PLACA NEUTRA PERMANENTE EM INOX (150X100X0,5) MM; 1 CABO DE LIGACAO DA PLACA NEUTRA; 1 ELETRODO TIPO FACA RETA PEQUENA; 1 ELETRODO TIPO BOLA (Ø=2,1MM); 1 ELETRODO TIPO BOLA (Ø=4,2MM); 1 ELETRODO TIPO ALCA PEQ. (Ø=4,5MM); 1 ELETRODO TIPO AGULHA (85MM); 1 ELETRODO TIPO AGULHA DE DEPILACAO; 1 KIT ELETRODO ODONTOLOGICO; 1 MANUAL DO USUARIO; VOLTAGEM BIVOLT 110/220 VOLTS 50/60 HZ.	UNIDADE	1,0000	R\$ 8.818,74
5	63875	CABO DE BISTURI ANGULADO	UNIDADE	5,0000	R\$ 156,56

		45° INSTRUMENTAL DE USO ODONTOLOGICO. ACO INOX. AUTOCLAVAVEL.			
6	63874	CANETA DE ALTA ROTACAO CABECA ANGULADA 45° (GRAUS) CANETA DE ALTA ROTACAO COM CABECA MEDIANA E INCLINACAO DE 45, ALTO TORQUE, CONFECCIONADA EM ALUMINIO ANODIZADO. ENCAIXE BORDEN OU MIDWEST. FIXACAO DE BROCAS SACA BROCAS.01 ESTOJO PARA TRANSPORTE E ACONDICIONAME NTO DA PECA; 01 SACA-BROCAS UNIVERSAL;	UNIDADE	2,0000	R\$ 1.423,62
7	63713	FOTOPOLIME RIZADOR DE RESINA TEMPORIZADOR PARA POLIMERIZACAO E CLAREAMENTO: 5, 10 E 20 SEGUNDOS. COM BIP SONORO INDICATIVO A CADA 5 SEGUNDOS E NO FINAL DA OPERACAO. TEMPO MAXIMO DE USO CONTINUO: 300 SEGUNDOS. PROFUNDIDADE DE POLIMERIZACAO DE 6MM. LED INDICATIVO COM BIP SONORO DO TEMPO DECRESCENTE. BIVOLT AUTOMATICO 100V ? 240V. FREQUENCIA: 50/60 HZ. CORPO DA CANETA CONSTITUIDO EM ABS. PECA DE MAO ANATOMICA PARA	UNIDADE	16,0000	R\$ 1.170,69

		MELHOR MANUSEIO. TEMPO DE USO COM CARGA TOTAL ? 120 MINUTOS. SILENCIOSO, POIS NAO NECESSITA DE VENTILACAO FORCADA. RADIOMETRO INTERNO AUTOMATICO: CONTROLA ELETRONICAMENTE A POTENCIA DE LUZ. PONTEIRA DE FOTOPOLIMERIZAC AO CONFECCIONADA EM FIBRA OPTICA ORIENTADA (SEM FUGA DE LUZ), AUTOCLAVAVEL A 134C E COM GIRO DE 360. SISTEMA STAND BY. DESLIGA AUTOMATICAMENT E APOS 2 MINUTOS SEM UTILIZACAO. SEM FIO.			
8	63877	KIT EXTRATOR A TRAUMATICO DE RAIZ INSTRUMENTAL DE USO ODONTOLOGICO. ACO INOX. AUTOCLAVAVEL. O KIT E COMPOSTO POR: PERIOTOMO FLEX RETO: PONTA RETA FLEXIVEL COM EXTREMIDADES CORTANTES. PERIOTOMO FLEX CURVO: PONTA CURVA (45°) FLEXIVEL COM EXTREMIDADES CORTANTES. EXTRATOR DE RAIZ - CABO ANATOMICO: PONTA ALTO PERFURANTE E CABO ANATOMICO. ALAVANCA SPADE N°01: PONTA EM FORMATO DE CONCHA COM EXTREMIDADES CORTANTES.	UNIDADE	3,0000	R\$ 908,63
9	63967	MOLT	UNIDADE	2,0000	R\$ 293,56

INFANTIL INSTRUMENTAL DE USO ODONTOLÓGICO. AÇO INOX. AUTOCLAVÁVEL.					
10	63954	MOTOR END ODONTICO	UNIDADE	2,0000	R\$ 9.907,75
APARELHO DE USO ODONTOLÓGICO NA ENDODONTIA PARA FACILITAR O TRATAMENTO DE CANAL RÁPIDO. COM PEÇA DE MÃO E CONTRA ÂNGULO. ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO 100 - 240 V. FREQUÊNCIA: 50/60 HZ. BATERIA COM AUTONOMIA DE 2 HORAS EM USO CONTÍNUO E RECARGA EM APROXIMADAMENTE 5 HORAS. BATERIA DA PEÇA DE MÃO: 3,7V 750MA LÍTIO. TELA: LCD. FAIXA DE TORQUE: 0,6-4,0NCM. FAIXA DE ROTACÃO: 100-1000RPM. ILUMINAÇÃO: LED. MODO CONTÍNUO, MODO RECÍPROCANTE E MODOS PERSONALIZÁVEIS. FUNÇÃO DE PERSONALIZAÇÃO DO AVISO DE LIMITE DO FORAME APICAL. FUNÇÕES APICAL REVERSO/STOP, AUTO INÍCIO, APICAL SLOW DOWN E APICAL WARNING.					
11	63966	POSICIONADOR RADIOGRÁFICO PARA SENSOR DIGITAL ADULTO E INFANTIL.	UNIDADE	5,0000	R\$ 164,51
ITEM PARA					

		ATENDIMENTO ODONTOLOGICO. CARACTERISTICAS: COM PECAS AUTOCLAVAVEL ATE 135°C. DISPOSITIVO DE MORDIDA ADULTO E MORDIDA INFANTIL, POSICIONADOR INTERPROXIMAL DE DENTES POSTERIORES DE AMBOS OS LADOS, POSICIONADORES ADULTO E INFANTIL PERIAPICAL DENTE POSTERIOR SUPERIOR LADO DIREITO E INFERIOR LADO ESQUERDO, POSICIONADORES ADULTO E INFANTIL DENTE POSTERIOR SUPERIOR LADO ESQUERDO E INFERIOR LADO DIREITO, POSICIONADORES ADULTO E INFANTIL PERIAPICAL DE DENTES ANTERIORES SUPERIORES E INFERIORES.			
12	63965	SENSOR DE RADIOGRAFI A DIGITAL ADULTO T2 APARELHO DE USO ODONTOLOGICO PARA RADIOGRAFIA DIGITAL ADULTO PARA PROPORCIONAR MAIOR CONFORTO AOS PACIENTES. COM DIMENSOES EXTERNAS: 43MM X 31MM. AREA SENSIVEL: 34MM X 26,0MM (900MM). TECNOLOGIA: CMOS COM FIBRA OPTICA. RESOLUCAO TEORICA: 20 PL/MM, EQUIVALENTE A 1200X900 PIXELS. CONEXAO: USB 2.0. FILTROS ESPECIALIZADOS: CONTRASTE ADAPTATIVO,	UNIDADE	1,0000	R\$ 16.647,33

		EQUALIZACAO DE TECIDOS MOLES E REALCE MULTIESCALA. EXPORTACAO DE IMAGENS: FORMATO DICOM COM FERRAMENTAS COMO BRILHO, CONTRASTE, ZOOM E MONTAGEM DE TEMPLATES. TAMANHO DO CABO: 3 METROS, PARA MAIOR FLEXIBILIDADE NO CONSULTORIO.			
13	63964	SENSOR DE RADIOGRAFI A DIGITAL INFANTIL T1 APARELHO DE USO ODONTOLOGICO PARA RADIOGRAFIA DIGITAL INFANTIL PARA PROPORCIONAR MAIOR CONFORTO AS CRIANCAS. COM DIMENSOES EXTERNAS: 36,7MM X 24,3MM. AREA SENSIVEL: 30,0MM X 20,0MM (600MM). TECNOLOGIA: CMOS COM FIBRA OPTICA. RESOLUCAO TEORICA: 20 PL/MM, EQUIVALENTE A 1200X900 PIXELS. CONEXAO: USB 2.0. FILTROS ESPECIALIZADOS: CONTRASTE ADAPTATIVO, EQUALIZACAO DE TECIDOS MOLES E REALCE MULTIESCALA. EXPORTACAO DE IMAGENS: FORMATO DICOM COM FERRAMENTAS COMO BRILHO, CONTRASTE, ZOOM E MONTAGEM DE TEMPLATES. TAMANHO DO CABO: 3 METROS, PARA MAIOR FLEXIBILIDADE NO CONSULTORIO.	UNIDADE	1,0000	R\$ 14.689,00

VALOR TOTAL

R\$ 94.221,53

9.2. Os preços serão cotados por ITEM, ao final o valor total, visto que o pagamento será realizado de acordo com preços praticados no mercado nacional.

10- DA APURAÇÃO:

10- Será realizada por item ou por lote, dependendo do tipo de apuração escolhido pela autoridade julgadora do procedimento objeto da contratação, considerando o preço final proposto por cada preponente, de uma única vez, obtido através da escolha da proposta mais vantajosa para a administração pública.

11- Nos termos do art. 23, § 4º da Lei nº 14.133/2021, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º daquele mesmo artigo, o único preponente interessado e, por tanto, contratado, deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

11. DO PAGAMENTO

11.1- O prazo para pagamento será até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada, devidamente atestada pelo setor competente.

11.2- O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterá o detalhamento do(s) objeto(s) executado(s).

11.3- O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com o(s) objeto(s) efetivamente executado(s).

11.4- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5- Poder ser efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando o contratado não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

11.6- Para fins de pagamento, **PODERÁ** ser exigida a regularidade perante as fazendas

municipal, estadual e federal, além da regularidade junto ao ministério do trabalho e FGTS.

11.6.1- Nos termos que dispõe o Art. 195, § 3º da CF/88, em qualquer hipótese, será obrigatória a emissão de certidão previdenciária, neste caso conjunta com a certidão federal, para efeito de contratação e pagamento.

11.7- Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável, sempre que o caso for aplicável.

11.7.1- Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

11.7.2- A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar, ressalvado o direito da administração faz uso de consulta disponível em site oficial.

11.8- O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

11.9- Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.10- A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada na contratação.

11.11- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, em que:

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula: $(6 / 100) I = 365$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

12- DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL (NOS CASOS EM QUE COUBER)

12.1- A Administração convocará oficialmente a licitante, que terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da notificação formalizada, para assinar o contrato, aceitando ou retirando o instrumento equivalente sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021;

12.2- O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

12.3- Não será aceita em hipótese alguma a subcontratação para a execução do objeto acordado.

12.4- Antes da assinatura do contrato, poderá ser verificada pela CONTRATANTE, por meio de solicitação de certidões fiscais e trabalhistas, a comprovação da regularidade do cadastramento da licitante vencedora, devendo seu resultado juntado ao processo.

13- DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

13.2- Caso seja realizado a formalização contratual, o respectivo contrato terá sua vigência vinculado ao respectivos créditos orçamentários, a contar da data de sua assinatura e eficácia após sua publicação.

14- DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1- O contrato deverá ser fielmente executado pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2- A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um servidor(a), designado pelo representante da pasta geradora de demanda, de conformidade ao que dispõe a legislação de regência.

14.3- A fiscalização será exercida no interesse da Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

14.4- Quaisquer exigências da Fiscalização inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

14.5- A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o(s) objeto(s) da prestação acordada, se estiver em desacordo com o contrato.

15- DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

15.1- O contrato a ser firmado com a contratante, poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração, com a apresentação das devidas justificativas.

16. DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES **(art. 178 da Lei nº 14.133/2021 e demais legislação)**

DAS SANÇÕES APLICÁVEIS À PROPONENTE

16.1- Cometer infração administrativa ou qualquer ilicitude que comprometa a ordem pública, que infrinjam as regras penais e demais legislação pertinentes às contratações públicas, o(a) contratado(a) que, no decorrer do procedimento:

16.2- Não assinar instrumento contratual, nos casos em que couber a celebração do contrato;

16.3- Deixar de entregar os documentos exigidos no processo;

16.4- Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

16.5- Comportar-se de modo inidôneo;

16.6- Cometer fraude fiscal;

16.7- Fizer declaração falsa;

16.8- Ensejar o retardamento da execução do objeto contratado;

16.9- Em caso de conduta qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do(a) preponente;

b) Impedimento de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até cinco anos;

16.10- Penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

16.11- Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e demais normativos que regem a matéria, a Contratada que, no decorrer da contratação:

16.11.1- Inexecutar total ou parcialmente o objeto contratado;

16.11.2- Apresentar documentação falsa;

16.11.3- Comportar-se de modo inidôneo;

16.11.4- Cometer fraude fiscal;

16.11.5- Descumprir qualquer dos deveres elencados no instrumento contratual (contrato, nota de empenho, ordem de compra);

16.12- A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b) Multa Moratória de até 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (TRINTA) dias;

c) Multa Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória;

d) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o ente pelo prazo de até 02 (dois) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

f) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

16.13- Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão da contratação decorrente do respectivo processo:

16.13.1- tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

16.13.2- tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do procedimento de contratação;

16.13.3- demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.14- A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

16.15- A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.16- As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da unidade demandante, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da sede do município e cobrados judicialmente.

16.17- Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.18- As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

17- DA RESCISÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

17.1- A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

18- DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

18.1- A unidade demandante designará um representante, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados;

18.2- Da mesma forma, a contratada deverá indicar um preposto que, se aceito pela unidade demandante a representará na execução do Contrato, promovendo obrigatoriamente as correções, reparações, remoções, reconstruções ou substituições, às suas expensas (contratada), que se fizerem necessárias quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto do Contrato;

18.3- A fiscalização não exclui, nem reduz, a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios repetitivos ou emprego de objeto inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica em corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e prepostos;

18.4- Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Termo de Referência, agregado ao objeto da contratação, deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem ônus para a unidade demandante.

GURUPI - TO, Segunda, 14 de julho de 2025.

LUANA NUNES GARCIA, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Ato de Nomeação - Decreto nº 933/2023

A autenticidade desse documento pode ser verificada através do QRcode ao lado ou pelo endereço
<https://v1.kitpublico.com.br/validar/documento/versao2/07a5414e-722a-11ed-89fa-c9e315be7b2f/2e189fd5-77c2-11f0-866c-66fa4288fab2>